

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA FRANCISCA MENDES BRAGA

**DIVERSIDADE CULTURAL: UM ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DAS CULTURAS
NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR**

TABATINGA - AM

2021

ANA FRANCISCA MENDES BRAGA

**DIVERSIDADE CULTURAL: UM ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DAS CULTURAS
NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso – TCC,
apresentado como requisito á obtenção do
grau de licenciado em Pedagogia pela
Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador: Dr. Sebastião Rocha de
Sousa

TABATINGA - AM

2021

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que iluminou meu caminho durante esta caminhada, me dando sabedoria, força e coragem. Dedico ao meu pai: Neizomar A. Braga pelo amor, valores e educação que me proporcionou e ter me moldado a pessoa que sou hoje. Dedico a minha filha Annabel B. Braga do Nascimento e ao meu esposo Danilo Nascimento que são o alicerce da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter iluminado meu caminho, por ter me dado força e fôlego de vida quando necessário, por ter colocado pessoas abençoadas que me instruíram nesse período de estudo, sem eles não teria força para chegar ao fim dessa longa jornada.

Agradeço ao meu pai: Neizomar Agostinho Braga e minha tia: Neicy Agostinho Braga por ter me proporcionado uma boa educação desde a infância e ter me incentivado a buscar meus objetivos. Sou grata a toda minha família que me apoiaram em todos os momentos difíceis da minha vida, não poderia haver família melhor.

Agradeço ao meu querido esposo Danilo Nascimento, por ter me apoiado e ajudado do início ao fim deste período de estudo, estando sempre ao meu lado nos bons e maus momentos. E a minha amada filha Annabel Bethany Braga do Nascimento que foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Só tenho a agradecer pela família linda que Deus me deu, amo muito vocês.

Agradeço ao meu orientador de TCC Professor Dr. Sebastião Rocha de Souza, por ter me auxiliado na construção deste trabalho, e agradeço aos demais professores que fizeram parte da minha vida acadêmica.

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar."

Nelson Mandela

RESUMO

A presente pesquisa abordou sobre a Diversidade cultural: um estudo da importância das culturas no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, o objetivo geral analisar diversos conceitos que se relacionam com a prática docente e como os mesmos vem trabalhando a diversidade das culturas no contexto escolar, por vezes como sinônimos e por vezes como auxiliares na discussão sobre a prática. Como objetivos específicos visou salientar como os educadores trabalham a diversidade cultural no processo de ensino e aprendizagem, descrever a importância da cultura para a escola e como a diversidade cultural pode contribuir para a socialização, afetividade entre professor e aluno. Para o seu desenvolvimento prontamente utilizamos a pesquisa bibliográfica, e o método fenomenológico, pautada na linha de pesquisa Educação, cultura e escola. Para adquirirmos os dados da pesquisa utilizamos os autores Cardoso (2001), Oliveira (2011), Moreira (1999), Soares (2003). Sendo assim, constatou-se que a relação da prática pedagógica dos educadores frente a realidade diversidade cultural, ainda não é eficiente diante dos desafios que ainda precisam ser enfrentados. Nessa perspectiva, o processo de novos conceitos no campo dos conhecimentos, requer táticas na troca de informações a partir de diversas culturas. Ao término desta pesquisa, entendemos que é imprescindível que o educador atue no exercício de uma prática pedagógica transformadora levando em conta os saberes específicos que envolvam a vida de alunos e professores inseridos nos processos socioeducativos e que tenham o intuito de contribuir na qualidade da educação dentro de um contexto do ambiente escolar, para que caminhos sejam reestabelecidos e possam contribuir no desenvolvimento das potencialidades humanas, valorizando a língua, seus hábitos, crenças e costumes.

Palavras-Chave: diversidade; culturas; processo; ensino; aprendizagem.

Resumen

Esta investigación abordó la Diversidad Cultural: un estudio de la importancia de las culturas en el proceso de enseñanza y aprendizaje en el entorno escolar, el objetivo general de analizar varios conceptos que se relacionan con la práctica docente y cómo se han venido trabajando sobre la diversidad de culturas en el contexto. escuela, a veces como sinónimos ya veces como asistentes en la discusión de la práctica. Como objetivos específicos, tuvo como objetivo resaltar cómo los educadores trabajan con la diversidad cultural en el proceso de enseñanza y aprendizaje, describir la importancia de la cultura para la escuela y cómo la diversidad cultural puede contribuir a la socialización, afecto entre docente y alumno. Para su desarrollo utilizamos puntualmente la investigación bibliográfica, y el método fenomenológico, basado en la línea de investigación Educación, cultura y escuela. Para adquirir los datos de la investigación se utilizaron los autores Cardoso (2001), Oliveira (2011), Moreira (1999), Soares (2003). Así, se encontró que la relación de la práctica pedagógica de los educadores con la realidad de la diversidad cultural aún no es eficiente ante los desafíos que aún deben afrontar. Desde esta perspectiva, el proceso de nuevos conceptos en el campo del conocimiento requiere tácticas en el intercambio de información de diferentes culturas. Al final de esta investigación, entendemos que es fundamental que el educador actúe en el ejercicio de una práctica pedagógica transformadora, tomando en cuenta los saberes específicos que envuelven la vida de estudiantes y docentes insertados en procesos socioeducativos y que se proponen Contribuir a la calidad de la educación en el contexto del entorno escolar, para que se restablezcan caminos y puedan contribuir al desarrollo del potencial humano, valorando la lengua, sus hábitos, creencias y costumbres.

Palabras Clave: diversidad; culturas; proceso; enseñando; aprendiendo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPITULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
1.1 Diversidade Cultural.....	11
1.2 Cultura e seus significados.....	13
1.3 Diversidade Cultural e Escola: Um Elo de Relevância.....	15
1.4 Diversidade Cultural e papel do professor.....	17
2. CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	23
3. CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	24
3.1 Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.....	24
3.2 Importância do Multiculturalismo no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar	30
3.3 Os múltiplos sentidos nas Políticas de diversidade.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Observando-se que a escola é um local de formação da vida cotidiana, verifica-se as diversidades culturais da linguagem, das cores, nacionalidades, etnias, entre outras, contudo o que é assimilado está em concordância com suas práticas históricas, construídas ao longo do tempo por seu grupo social, o que pode gerar, posturas, ações, reflexão e sentimentos impregnados de intolerâncias, juízo e convicções.

Neste contexto, o ambiente escolar representa o espaço em que deve acolher o educando com responsabilidade no desenvolvimento cultural e social, além da necessidade de adaptar modelos e planos que lhe ajude a conhecer e a valorizar a diversidade cultural, numa lógica de integração, coexistência e respeito por todos os alunos e educadores.

Grande parte das escolas não buscam uma reforma em suas práticas pedagógicas para gerar saberes expressivos, capazes de fragmentar as barreiras do preconceito e discriminação ainda presente no ambiente escolar. A escola tem por direito criar novas táticas que visem um trabalho que inclua a diversidade cultural, e assim estreitando as relações entre todos os envolvidos.

A diversidade cultural surge como principal característica da sociedade, e como se sabe ela está visível nas escolas. A motivação pela escolha é de arranjo pessoal, uma vez que é de grande preocupação as diversas declarações de intolerâncias e discriminação existente no campo escolar, devido à existência e a complexidade de se tratar do tema diversidade cultural, que interferem direta e indiretamente na vida escolar de crianças e jovens.

A abordagem desse tema foi essencial a partir do momento que a escola vem procurando a cada ano um modo de desenvolver um ensino a qual facilite atender a diversidade cultural de sua freguesia, sem exceção. Verdadeiramente falando, a escola tem dificuldade em lidar com a diversidade, pois as diferenças tornam-se problemas, em vez de oportunidade para produzir novos saberes de aprendizagens.

Dessa forma, este trabalho analisa diversos conceitos que se relacionam com a prática docente e como os mesmos vem trabalhando a diversidade das culturas no contexto escolar, por vezes como sinônimos e por vezes como auxiliares na discussão sobre a prática. Pois analisar práticas docentes significa, em certa medida, analisar saberes compartilhados, concepções de saber, o processo de ensino-aprendizagem, saberes docentes e construção transversal do conhecimento. Todas essas noções,

que são contribuições conceituais e analíticas, são discutidas ao longo desse trabalho, como aporte à discussão sobre prática docente e as diversidades das culturas.

Como objetivos específicos, visa salientar como os educadores trabalham a diversidade cultural no processo de ensino e aprendizagem, descrever a importância da cultura para a escola e como a diversidade cultural pode contribuir para a socialização, afetividade entre professor e aluno.

A metodologia desse trabalho é a pesquisa bibliográfica, que consiste no agrupamento de produções científicas que versam sobre o tema, para apresentar um panorama histórico e conceitual acerca da problemática de pesquisa analisada.

Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada pelo levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas e sites. Segundo esse autor, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Essa fase da pesquisa e seleção resultou em artigos e dissertações, a serem utilizadas para discutir o tema de forma crítica e reflexiva.

A seção de desenvolvimento dessa pesquisa está dividida em subseções, com vistas a explorar mais adequadamente o tema. Em primeiro lugar, será explorado acerca das definições conceituais e pressupostos teóricos envolvidos nas noções de prática docente e a importância da diversidade cultural no ambiente escolar, assim como conceitos de culturas. Em seguida, será abordado acerca dos conceitos cunhados culturais e o papel do professor que tratam da escola como uma reprodutora da sociedade e de desigualdades. Por fim, o terceiro tópico das diferenças culturais e práticas pedagógicas e da importância de se pensar em uma prática educativa no ambiente escolar que seja significativa, valorizando a cultura local e possibilitando que as aulas sejam capazes de formar alunos críticos, pensantes e cientes de sua contribuição enquanto sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

CAPITULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 DIVERSIDADE CULTURAL

Diversidade cultural são diversos aspectos que revelam particularmente as diversas culturas, com linguagem, tradições, culinárias, religião, costumes, política, entre diferentes características próprias de um conjunto de seres humanos que reside em uma determinada região, observando a pluralidade, variedade e diferenciação.

A diversidade cultural engloba diferenças culturais que existem entre as pessoas, como linguagem, danças, vestimenta e tradições, bem como a forma como as sociedades organizam-se conforme a sua concepção de moral e de religião, a forma como eles interage com o ambiente, etc... O termo diversidade cultural diz respeito compreensão no processo de distinguir as várias culturas que existem ao redor do mundo, as variadas culturas que configura a chamada identidade cultural. (OLIVEIRA E SOUZA, 2011, p.128).

Hoje em dia, pertinente ao processo de colonização e mistura cultural entre a maioria das nações do planeta, quase todos os países possuem a sua diversidade cultural. A ideia de diversidade cultural encontra-se relacionada “aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade. E, muitas vezes, também, pode ser encontrada na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda, na tolerância mútua” (OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 128).

Assim a diversidade cultural pode ser entendida como:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto da relação de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferente desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram. (GOMES, 2007, p. 17)

Ainda segundo Gomes a diversidade pode ser vista de duas formas:

- 1- As diferenças são construídas culturalmente tornando-se empiricamente observáveis.
- 2- As diferenças são construídas ao longo do processo histórico, nas relações sociais e nas relações de poder. Muitas vezes, os grupos humanos tornam o outro diferente para fazê-lo inimigo, para dominá-lo.
(GOMES, 2003, p. 71-72)

Dessa forma, as diversidades sociais, estende-se, por diferentes causas, circunstâncias de solidariedade e de conflitos. Os conflitos estão visíveis nas relações entre as pessoas, seja em razão de terem objetivos e interesses diferentes. Repetidamente, esses conflitos são consequências do desrespeito as diversidades entre grupos e sociedade, da inflexibilidade, do fato das sociedades quererem se sobrepor a outras e suga-las de alguma forma, essa situação foi constante ao longo da humanidade.

Dessa forma, a história é marcada por distintos grupos sociais por meio da autoridade, disputas, alianças conforme o poder de cada um, onde ocorre uma interação social e cultural, bem como instituir seus hábitos e costumes.

A diversidade cultural é, antes de mais nada, um fato: existe uma grande variedade de culturas que é possível distinguir rapidamente a partir de observações etnográficas, mesmo se os contornos que delimitam uma determinada cultura se revelem mais difíceis de identificar do que, à primeira vista, poderia parecer (UNESCO, 2010, p.3).

Acerca destes múltiplos significados, a Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, trata da seguinte forma a questão da diversidade cultural:

"Diversidade cultural" refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO, 2005, p.4).

Diante do exposto, a diversidade cultural não trata somente sobre a variedade e relações de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente, mas também se expressa através de distintas maneiras de formação, distribuição, utilizando quaisquer meios para tais transmissões.

Gadotti (2000, p 41) questiona-se quando fala: "que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos 20 anos, para viver este mundo tão diverso?" Certamente, eles e elas, necessitam de uma educação para a diversidade, necessitam de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade.

1.2 CULTURA E SEUS SIGNIFICADOS

O termo cultura significa a reunião de hábito, crenças e costumes de determinado conjunto social. Desta forma, a cultura nos mostra a riqueza social de um grupo e a soma das variedades do comportamento humano. Originalmente falando há vários conceitos para o termo cultura, vem do latim "cultivar", que é a ação de tratar a terra, fazendo com que ela produza. Ao longo dos séculos o termo foi assumindo outros sentidos, dando espaços para as mais diferenciadas compressões.

A definição formulada por Edward Tylor (1832-1917) diz: "A cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade".

Santos comenta que a cultura é uma preocupação contemporânea que procura entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos as relações presentes e suas perspectivas de futuro. Em suas palavras:

A cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou que existiram, logo se constata a grande variação dela. [...] Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentidos a suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam. [...] O estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas. [...] A cultura é uma produção coletiva, mas nas sociedades de classe seu controle e benefícios não pertencem a todos. Isso se deve o fato de que as relações entre os membros dessas sociedades são marcadas por desigualdades profundas, de tal modo que a apropriação dessa produção comum se faz em benefício dos interesses que dominam o processo social. [...] Afirmando que num sentido mais amplo e também mais fundamental, cultura é o legado comum de toda a humanidade. (SANTOS, 1996, p .84-86).

Eagleton explica a importância adquirida pela cultura nos últimos anos da seguinte maneira:

[...] Como ideia, a cultura começa a ser importante em quatro pontos de crise histórica: quando se torna a única alternativa aparente a uma sociedade degradada; quando parece que, sem uma mudança social profunda, a cultura no sentido das artes e do viver não será mais nem mesmo possível; quando fornece os termos nos quais um grupo ou povo busca sua emancipação política; e quando uma potência imperialista é forçada a chegar a um acordo com o modo de vida daqueles que subjuga. (EAGLETON, 2005, p.41-42)

De acordo com o Ministério da Educação os PCN (Parâmetros Nacionais Curriculares), mostra um de seus assuntos relacionados a pluralidade cultural:

A temática da Pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, [...] que busca explicitar a

diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. [...] Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação. (BRASIL, 1998, p. 121-122)

Os PCNs dessa forma, procuram uma estratégia mais adequada para que as instituições de ensino trabalhem com vigor o tema da Diversidade Cultural para conhecer a cultura de diversos povos colocando-se desfavorável a qualquer tipo de discriminação. Pois, considera-se a escola como um espaço que facilita a socialização dos alunos, além de ser responsável pela propagação de conhecimento que facilita a construção de valores como liberdade, respeito e tolerância.

Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade. (UNESCO, 2005, p.1).

1.3 DIVERSIDADE CULTURAL E ESCOLA: UM ELO DE RELEVÂNCIA

As instituições de ensino são formadas por uma população com diferentes grupos étnicos, com diferentes hábitos e crenças, é um lugar em que todos os discentes devem ter as mesmas oportunidades, mas com táticas de aprendizagens diferentes, propondo atender a diversidade cultural de cada membro, do mais lento ao mais rápido, dos mais quietos aos mais agitados, dos falantes aos calados, ou seja, buscando atender as mais diversificadas necessidades. "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar." Nelson Mandela.

Expor aos alunos a importância do respeito que devemos ter com as diferenças dos colegas é de essencial importância, esses ensinamentos devem ser trabalhados desde os anos iniciais de escolaridade. Devemos explicar a complexidade da expressão preconceito, considerado que tais intolerâncias, não são praticados somente por adultos, mais também no ambiente escolar infantil, considerando que nem mesmo as crianças são poupadas das numerosas formas de preconceitos.

Observasse diferentes situações de sala de aula, onde revela-se a intolerância, preconceito as diversidades e a discriminação, onde é evidente observar que professor tem certa dificuldade em lidar com tais diferenças.

A luta pelo direito às diferenças sempre esteve presente na história da humanidade e sempre esteve relacionada com luta dos grupos e movimentos e continuam colocando em cheque um determinado tipo de poder, a imposição de um determinado padrão de homem de política, de religião, de arte, de cultura. (GOMES, 2003, p. 73):

As instituições de ensino é o local onde encontramos uma das maiores variedades cultural e ainda assim é o local mais discriminador. Diante do exposto observasse que existem escolas para quem podem pagar para ter um melhor ensino e escolas para quem não pode pagar, que seria a escola para o aluno vindo da família carente. Por isso trabalhar as diversidades é um desafio para o docente, pois ele quem é o responsável por mediar o conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino- aprendizagem.

De acordo com Soares (2003, p.161) "a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens".

Diante desse propósito, devemos examinar e prestigiar os distintos saberes e diversidade cultural da sociedade em geral, os alunos em especial, buscando a integração, atenção e introdução de todos, sem levar em conta os seus trajetos, históricos, culturais e linguísticos. Podemos ver as diversidades, como formas diferentes ser e de estar, encaminhando à compreensão, apreço e inclusão das mesmas na sala de aula.

Uma prática pedagógica que verdadeiramente seja voltada para o respeito as diferenças deve ter como origem uma ideia que busque a valorização da identidade e da diferença. Contudo, não é o suficiente só reconhecer e festejar a diferença, mas também deve se assunto de debates, que tenha como finalidade a busca da percepção de como ela está sendo formada.

Neste ponto de vista é fundamental o processo de ensino-aprendizagem, o entendimento necessário para que possamos observar as particularidades de cada um, assim podermos identificar quem somos em meio a sociedade, e quem somos como indivíduo.

A diversidade cultural convivendo no mesmo espaço, pode ser vivida em sala de aula:

Multiculturalismo como fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas, não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas e fins comuns. Que demanda, portanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética fundada no respeito as diferenças. (FREIRE, 1992, p. 157).

A partir da ideia acima, verificamos que a diversidade cultural está visível cotidianamente no contexto escolar, e revela-se de diversos modos e se apresenta como um desafio para a escola. Vale ressaltar que para discutir esse tema, é indispensável ir além da simples verificação, mas planejar estratégias eficientes que busque o respeito as diversidades na sala de aula.

1.4 DIVERSIDADE CULTURAL E O PAPEL DO PROFESSOR

O professor é um ser que ensina, mas tem que perceber que não é só entregar os seus conhecimentos na sala de aula, para que o seu papel seja bem feito. Em contextura escolar multiculturais, a área técnica bem como o domínio do conteúdo e da metodologia por parte dos educadores, são insuficientes, e para assegurarem uma educação real dos alunos de diversas culturas, os professores terão de ser capazes de transformar estratégias de ensino que possam honrar e desafiar os educandos dos diversos conjuntos culturais, em meios educativos.

No entanto, o professor que acolhe o seu aluno é com certeza um professor reflexivo, que compreende e respeita a diversidade de cada aluno, que transforma o ambiente escolar igual para todos.

A partir desta concepção podemos afirmar:

A noção do professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores. É central, nesta conceptualização, a noção do profissional como uma pessoa que, nas situações profissionais, tantas vezes incertas e imprevistas, atua de forma inteligente e flexível, situada e reativa. (ALARCÃO, 2004, p. 41)

O professor tem que ter consciência de sua influência na sociedade, ele deve investigar a sua população, para perceber de que forma isso pode entusiasmar as dinâmicas em sala de aula, para assim poder interferir no sentido de revogar as práticas de discriminação e de exclusão.

Na compreensão de Cardoso (2001, p. 47), o professor deve “compreender o aluno, e tudo o que este transporta para a sala de aula, deve estar consciente acerca das suas opiniões, perspectivas, concepções e sentimentos, enquanto cidadão e professor numa sociedade multicultural”.

Ainda acerca do currículo no ambiente escolar e o papel do professor, destaca-se que:

Os profissionais da educação devem ser profissionais da cultura, e não de um padrão único de aluno, de currículo, de conteúdo, de práticas pedagógicas e de atividades escolares. Somos diferentes em raça/etnia, nacionalidade, sexo, idade, género, crenças, classe. Tudo isso está presente na relação professor/aluno. (CARDOSO, 2001, p. 49):

É de suma importância que os professores se preparem para receber essas diversas culturas, quando falamos em cultura estamos nos referindo aquilo que o ser

humano criou e preservou como um bem social. A cultura, portanto, está relacionada aos valores de um grupo, ela é vivenciada pelas pessoas, mas é um valor social.

É através de uma visão multicultural que os educadores dos dias atuais, devem modelar a sua forma de estar na sala de aula, tornando o local de aprendizagem não só de conteúdos programáticos, mas também um lugar onde podemos ensinar e aprender muito com eles.

Assim, a formação dos professores em contextos multiculturais é a pedra fundamental da educação intercultural, e assim ela conduz à melhoria da qualidade do ensino e das capacidades dos educadores frente à diversidade. Para isso é necessário um adiantamento por parte dos professores de atitudes não etnocêntricas, ele deve ser sensível e respeitar as várias diferenças e promover a uniformidade de culturas e a libertação dos alunos mais desfavorecidos.

No que se refere à igualdade de oportunidades educativas, espera-se que a escola e os professores, na sua tarefa de educar para uma cidadania democrática e interdependente, estejam atentos às complexidades dos movimentos demográficos, às novas realidades sociais, à intensificação das relações cada vez mais próximas, entre culturas, povos e pessoas e acima de tudo, tenham em conta as flagrantes situações de desigualdade e injustiça social e a consciência, cada vez mais generalizada do direito, de cada um à igualdade de tratamento e à afirmação das suas diferenças. (CARDOSO, 2001, p. 13).

A escola e os professores ao adquirirem tais saberes, se tornam capazes de criar na escola uma nova cultura elaborada a nível social e pedagógico-didático, e assim todos os grupos minoritários e majoritários aprendam a viver em harmonia, em uma verdadeira permeabilidade de indivíduos e culturas, e só assim a escola pode promover verdadeiras aprendizagens interculturais, que permitam às crianças dos grupos minoritários a obtenção de capacidades, assim vai lhes possibilitar uma associação ativa na comunidade majoritária, e assim conservando a sua identidade cultural.

Deste modo, este trabalho evidencia-se a questão da multiculturalidade inserida no aspecto educacional, que coloca o problema das dificuldades escolares, no âmbito da crítica de uma cultura homogênea, e volta-se para que as ações educativas que se façam assentadas nos pressupostos de uma metodologia alicerçada que implique na formação de um professor cujo perfil de atuação seja compatível com a evolução dos conceitos educacionais.

Pois sabe-se que hoje a educação desse segmento escolar é necessária para que o aluno desde a tenra idade seja incluído no âmbito escolar e possa desenvolver

suas habilidades e assim obter uma aprendizagem significativa. O Referencial Curricular Nacional para os anos iniciais Brasil considera que a escola Inclusiva:

É aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária (BRASIL, 1998, p. 36).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 ainda complementa que “educação é dever de todos” não só do governo e educadores, quanto os familiares.

Desta forma, um ensino que consente a todos sem discriminação de: “raça, necessidade educacional, condição social e física”, passa a ser um desafio, que vai além da criação, check-up e aproveitamento dos preceitos, leis e propostas designadas para consentir e abrigar aos educandos.

Neste contexto podemos afirmar mediante o processo educativo deve-se formar a diversidade, buscando conhecê-lo e analisá-lo de forma reflexiva, para que com o conhecimento adquirido ele possa interferir de forma construtiva e respeitar a diversidade no âmbito escolar.

A educação deve formar para a diversidade. Formar para o respeito a essa diversidade. Atualmente há uma imprecisão, ou uso irrestrito e crescente do conceito de diversidade na educação, mas o que precisamos entender é que não devemos somente “incluir” a diversidade na escola, mesmo porque a diversidade está dada na realidade, o que precisamos é reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade, o diferente. (BEDANI, 2006, p. 23):

No entanto, é necessário que barreiras impostas por paradigmas sejam rompidas e assim cada aluno que apresenta sua dificuldade e bloqueios para escrever, expressar suas emoções, falar etc. supere suas dificuldades.

O professor precisa estar atento a essas dificuldades, a fim de criar mecanismo para seu enfrentamento, reconhecendo que na fase inicial, a criança absorve o que lhe é repassado e incorpora valores que no decorrer da vida escolar, se contemporizam com outros, podendo gerar conflito ou dificuldades.

Gadotti *et.al* (1992, p.119) assinala sobre a heterogeneidade cultural na escola: “A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua”.

Assim propomos a pluralidade cultural a qual serve como subsídio para o professor trabalhar em sala de aula. Inicialmente atentamos ao conceito acerca da

pluralidade cultural, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.19) a “Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente”, isso significa que o indivíduo possui habilidades e capacidades para manifestar seus traços culturais de forma aplausível diante dos paradigmas que muitas vezes o impedem de expressar suas motivações e ansiedades voltadas para os seus valores morais e culturais.

Essa abordagem conceitual possui características eficientes acerca do indivíduo no âmbito escolar, sabendo que a educação é um processo que visa em uma prática libertadora e solidifica esse método de aperfeiçoamento. Acerca disso os Parâmetros Curriculares Nacionais ainda complementam que:

O tema Pluralidade Cultural oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. Por meio do convívio escolar, possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar — e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas. (BRASIL, 1997, p.137).

Para tal, faz-se necessário o compromisso por parte da comunidade escolar em adequar-se metodologicamente para com este aluno indicando alternativas de fazê-lo ingressar e permanecer no ambiente escolar, além de valorizar sua própria cultura.

Nessa linha de pensamento é importante que haja a implementação da pluralidade cultural, pois só assim é possível a valorização do patrimônio cultural brasileiro, contrapondo qualquer discriminação pessoal.

Acerca disso, essa proposta está inserida nos PCNs para que o indivíduo possa posicionar-se contra qualquer forma de discriminação:

(...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998, p. 15).

E para que ocorra o processo de construção aprendizagem, bem como a construção dos requisitos de uma cultura alicerçada sem paradigmas, é de fundamental importância que o educando tenha apoio dos seus familiares e do corpo docente, pois só assim poderá construir seu processo de aprendizagem, sendo o

mesmo posteriormente respeitado nas suas características pessoais, além de ter suas potencialidades valorizadas. Conforme complementa a Base Nacional Comum Curricular:

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos (BNCC, 2017, p. 397)

Nessa perspectiva o multiculturalismo surge em função de grandes preocupações com relação ao seu espaço, embora esse panorama venha se modificando, com a conscientização geral sobre os direitos do exercício da cidadania, é preciso que amparem a comunidade escolar a se perceberem como participantes na implementação de procedimentos que proporcionem a sua participação ativa na sociedade através da argumentação para enfrentar.

Deste modo o professor deve trabalhar a diversidade levando em conta os conteúdos e adequando-os a realidade do aluno. Nesta concepção podemos afirmar que:

A diversidade aparece na escola formal de vários modos. Os alunos (crianças, adolescentes, adultos) são procedentes de famílias diferentes, possuem biografias, raízes étnicas e culturais, religiosidades, experiências de vida, valores, visões de mundo, temporalidades, especialidades, saberes e fazeres que diferem entre si. Eles carregam as marcas (no mais das vezes, invisíveis) de suas origens e pertencimentos, mas isso não é levado em conta na definição dos conteúdos porque a escola se incumbe historicamente e culturalmente de hierarquizar novamente o que já se apresenta como desigual, assim como cuida de homogeneizar o que é heterogêneo. (CAMPELO, 2003, p.30).

Por isto nos propomos a investigar como estão trabalhadas a diversidade cultural no espaço escolar, pois sabemos que não basta apenas os governantes efetuarem a matrícula ou aumentarem o número de vagas nas escolas públicas, também é imprescindível que haja uma aquisição na percepção de professores e na aquisição de material didático pedagógico adequado para que ampliem seus conhecimentos acerca da diversidade cultural e saiba como adequá-los ao meio educativo.

Enfatizamos ainda que o ambiente escolar, o professor e aluno precisam peregrinar juntos, colaborando para o bom desenvolvimento das aulas, uma vez que ambos são os sujeitos desta ação. Conforme Brasil (2008), o professor como mediador do conhecimento tem funções específicas, sendo que:

Ao professor cabe mediar o diálogo entre informação científica, valores e crenças de cada educando, pois ora esses elementos caminharão juntos, ora se contrapor-se-ão. A adoção de estratégias e propostas de atividades depende, na verdade, da capacidade do professor de perceber que o centro da aprendizagem é o aluno, que deixa de ser um mero receptor passivo das informações e passa a ser o elemento ativo de sua aprendizagem. (BRASIL,2008, p.39)

O professor, um mediador do conhecimento em sala de aula, necessita ser um agente curioso e inovador, alienado as novas tecnologias e estar sempre em harmonia com o seu trabalho.

No entanto, apesar das muitas dificuldades, dos grandes impedimentos encontrados no processo de transmissão do conhecimento, o ambiente na sala de aula deve ser considerado local apropriado para decisões à prática da cidadania, funcionando como um preparo para discussões de resoluções que estejam diretamente ligadas ao cotidiano dos alunos.

Pelo pressuposto do Parâmetro Curricular Nacional (Pluralidade Cultural e Orientação Sexual):

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. Este tema propõe uma concepção da sociedade brasileira que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que a compõe, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas, e apontar transformações necessárias. Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (PCN, 1997, p.19).

É importante ressaltar através disso, que para se obter uma educação com qualidade, torna-se essencial uma visão extensa do processo de ensino-aprendizagem na construção do conhecimento, sendo necessária uma visão inovadora e atualizada sobrevivendo sempre um novo olhar ao que pretende ensinar e ao que se vai aprender.

CAPITULO II - METODOLOGIA

A revisão bibliográfica é importante para determinar os limites da pesquisa que se quer desenvolver, levando em consideração as perspectivas científicas. É necessário definir temas-chave, autores, palavras, periódicos e fontes de dados preliminares. Nesse sentido, a revisão bibliográfica é considerada a primeira etapa de qualquer pesquisa científica (WEBSTER; WATSON, 2002). Gill (2007) diz que a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em materiais já elaborados (como livros, artigos e papers) (GIL, 2007), o que é exploratório porque pode fazer com que as pessoas melhorem em problemas, ideias ou de forma intuitiva familiar.

No caso específico da pesquisa avançada, é necessário um certo grau de originalidade, e a revisão bibliográfica desempenha um papel preponderante. Portanto, realizar pesquisas de forma sistemática e rigorosa ajuda a estabelecer uma base de conhecimento sólida, promover o desenvolvimento teórico de campos de pesquisa existentes e identificar áreas com novas oportunidades de pesquisa (WEBSTER; WATSON, 2002). Um dos principais problemas na descrição de obras que não são rigorosas o suficiente na crítica literária é que ela apenas enfatiza a interpretação pessoal do texto na linguagem narrativa e raramente conduz uma análise crítica. Portanto, o rigor e a relevância da revisão bibliográfica como base do trabalho de pesquisa não devem ser subestimados.

Embora a revisão bibliográfica seja o denominador comum de todas as pesquisas científicas, é importante ter uma abordagem sistemática e abrangente, ter boa execução e confiabilidade (WEBSTER; WATSON, 2002; WALSHAM, 2006; LEVY; ELLIS, 2006). De maneira geral, Conboy (2009) destacou que os métodos analíticos e estratégicos utilizados nas revisões bibliográficas não têm recebido a atenção que merecem, principalmente em temas emergentes. O foco é apenas na coleta e análise de dados empíricos, ignorando-se a relação ou conexão com o nível de pesquisas publicadas na mesma área, o que pode indicar que há correlação entre o desenvolvimento teórico.

Este trabalho demonstra as teorias propostas por: Conboy (2009); Fleuri (2003); Gil (2007); Jaccoud e Beghin (2002); Kuenzer (2006); Levy e Ellis (2006); Moehlecke (2002); Moreira (2002); Walsham (2006); Webster (2002).

CAPITULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 DIFERENÇAS CULTURAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A constituição dos Estados-nação latino-americanos tem adotado um processo de homogeneização cultural, neste processo a educação escolar desempenha um papel fundamental, cuja função é difundir e consolidar uma cultura comum, para que voz, conhecimento, cor de pele, crenças e emoções permaneçam silenciosas.

A autora argentina Emilia Ferreiro (2001) expressou sua opinião sobre o tema e mencionou a trajetória latino-americana e as dificuldades que as escolas públicas de nosso país têm enfrentado desde o início da institucionalização, afirmando:

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. Lutou não somente contra as diferenças de língua, mas também contra as diferenças dialetais da linguagem oral, contribuindo assim para gerar o mito de um único dialeto padrão para ter acesso à língua escrita. (FERREIRO *apud* LERNER, 2007, p.7)

Segundo a autora, o mais importante é adaptar a escola à diversidade de ensino. Não há como negar, isolar, nem simplesmente tolerar a diversidade. Sem assumir o seu próprio drama, a diversidade não é considerada um mal essencial nem considerada uma coisa boa em si mesma. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem didática: Isso, é um grande desafio para o futuro (FERREIRO *apud* LERNER, 2007),

Ao longo da história da educação, alguns marcos podem ser identificados no processo de construção do discurso da diversidade no campo da pedagogia no Brasil (CANDAU E LEITE, 2006). Desde a primeira metade do século XX, as contribuições de vários ramos da psicologia e de movimentos como as chamadas novas escolas e o ensino programado têm tratado esse problema de maneira especial. A estrutura psicológica, seja proveniente da teoria da aprendizagem ou de contribuições da psicologia do desenvolvimento e da psicologia da personalidade, teve e continuará a exercer uma forte influência na formação de educadores. Nessa perspectiva, o termo

"diferença" geralmente se refere a individualizar e definir as características físicas, sensoriais, cognitivas e emocionais de cada indivíduo.

A diversidade de ritmos, estilos cognitivos, estilos de aprendizagem e traços de personalidade são considerados como parte do processo de aprendizagem, e a construção de estratégias de ensino que levem em consideração esses fatores é uma preocupação dos educadores. O Movimento Escola Nova tem investido fortemente nesta direção, e princípios como atividades, personalização e flexibilidade no espaço e no tempo configuraram diferentes projetos e programas inspirados nele. O foco está no indivíduo e em sua particularidade. Essa visão ainda existe no imaginário dos professores, principalmente daqueles que atuam no primeiro ano do ensino fundamental.

O ensino programático baseado na psicologia comportamental, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, também desenvolveu uma sequência de ensino-aprendizagem que respeita o ritmo de cada aluno, e mesmo no modelo de ensino programático do ramo, traz respostas de acordo com cada sugestão, para que todos possam alcançar o comportamento final sugerido.

É claro que essas tendências trouxeram contribuições importantes para o desenvolvimento do processo de ensino, e o processo de ensino é mais sensível às características especiais de cada aluno. No entanto, eles se concentram apenas em vários aspectos das características psicoemocionais, e em alguns aspectos (por exemplo, com base no comportamentalismo), de uma forma muito simplificada, isso se baseia em um conceito muito limitado do assunto de aprendizagem, ao invés de considerar história social. Dimensões como cultura foram realmente ignoradas.

No que diz respeito à contribuição da sociologia da educação, eles introduziram a discussão sobre a relação entre as variáveis socioeconômicas e o processo educacional, especialmente os determinantes do fracasso escolar. Nesse caso, a diferença de classe social torna-se particularmente importante. Nesta dimensão, a contribuição da chamada "nova sociologia educacional" desde a década de 1960 é fundamental.

Enquanto a tradição anterior da sociologia da educação britânica enfatizava relações macroestruturais, a NSE tendeu a focalizar contextos interacionais e seus conteúdos, discutindo o que se ensinava nas escolas e iluminando a base social do conhecimento escolar. Para os adeptos desta corrente, a análise das questões de acesso à escola e de distribuição da educação não podia ser separada da discussão da forma e do conteúdo do currículo, negligenciada nos estudos até então realizados (MOREIRA, 2007, p. 1).

No final da década de 1970, as reivindicações desse movimento começaram a ressoar no Brasil, mas Moreira (1999) descobriu que entre 1988 e 1992 era mais provável usar o método subsidiário NSE. Essa visão possibilita ampliar os horizontes da vida escolar, principalmente nos aspectos sociais e econômicos que afetam o processo de ensino e a concepção de sujeito da aprendizagem.

No entanto, os métodos baseados em tendências psicológicas ou sociológicas, por mais diferentes e opostas que sejam, usarão as diferenças para garantir que todos os alunos alcancem os mesmos resultados. Nesse sentido, as diferenças devem ser superadas, e homogeneidade é o que se deseja alcançar.

Vale ressaltar que, mesmo em linhas gerais, algumas contribuições de Paulo Freire ao tema e o método de diálogo que ele se propõe a implementar no processo de formação abriram uma nova perspectiva classista. Pode-se considerar que seu pensamento avançou aspectos importantes que agora são configurados como perspectivas interculturais na educação.

Nos anos 90, Freire destaca ainda mais a dimensão cultural nos processos de transformação social e o papel da cultura no ato educacional. Além de reforçar seus argumentos em defesa de uma educação libertadora que respeite a cultura e a experiência anterior dos educandos, Freire alerta para as múltiplas dimensões da cultura, principalmente a cultura midiática. Ele chama atenção para o fato de que ela poderá despertar-nos para alguns temas geradores que o próprio saber escolar ignora, ou valoriza pouco, como a pobreza, a violência, etc. Destaca também que a mídia trabalha e explora a sensibilidade das pessoas e por isso consegue atrair e monopolizar as atenções. Seus livros escritos nos anos 90 – de estilo mais literário – revelam um pensador preocupado com o futuro da sociedade em que vivemos, dado o crescimento da violência, da intolerância e das desigualdades socioeconômicas. Ele destacará a importância da ética e de uma cultura da diversidade. O tema da identidade cultural ganha relevância na obra de Freire, assim como o da interculturalidade. (GOHN, 2002, p.67)

Por meio dessas breves explicações, procuro mostrar que o problema da diferença aparece principalmente na reflexão do ensino por meio da aproximação da tendência psicológica, em que o sujeito da diferença individual é privilegiado e, do ponto de vista sociológico, analisa o social, a classe e outras decisões socioeconômicas. Diferenças nos fatores e seu impacto no processo escolar.

Esse achado não significa que as consequências dessas visões na prática docente tenham sido cada vez mais consideradas. Quanto à contribuição de Paulo Freire, eles se desenvolveram de forma mais proeminente no contexto da educação não formal. Em geral, a cultura escolar ainda é marcada pela homogeneização e lógica padronizada das estratégias de ensino.

As discussões sobre diferenças culturais na prática de ensino têm sido persistentes. Nessa perspectiva, o primeiro aspecto a ser esclarecido refere-se ao conceito de cultura e diferença que fundamenta este artigo. Quanto ao significado da palavra cultura, é claro que é ambíguo e complicado.

Hoje em dia, a cultura faz parte do vocabulário básico das ciências humanas e sociais. O seu emprego distingue-se em relação ao senso comum no sentido que este dá às noções de homem culto e inculto. Assim como todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, redes de significado que definem a própria natureza humana. Por outro lado, cultura é um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros. (VELHO, 1994, p.63)

Quanto às diferenças, Silva propõe a distinção entre diversidade e diferença, o que se considera uma oportunidade particularmente adequada para expressar a forma como uma perspectiva transcultural:

Em geral, utiliza-se o termo [diversidade] para advogar uma política de tolerância e respeito entre as diferentes culturas. Ele tem, entretanto, pouca relevância teórica, sobretudo por seu evidente essencialismo cultural, trazendo implícita a ideia de que a diversidade está dada, que ela preexiste aos processos sociais pelos quais - numa outra perspectiva - ela foi, antes de qualquer outra coisa, criada. Prefere-se, neste sentido, o conceito de "diferença", por enfatizar o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo com relações de poder e autoridade. (SILVA, 2000, p.44-45)

Assim, a diferença é concebida como realidade histórico-social, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinamicamente, configurada nas relações sociais e perpassada por questões de poder. Eles fazem parte de indivíduos e grupos sociais. Devem, como sempre, ter uma marca de identidade dinâmica e trabalhar arduamente para transformá-la em uma tendência de desigualdade e torná-la objeto de preconceito e discriminação, afirmá-la e valorizá-la positivamente.

Comprometido com as diferenças culturais é o foco do multiculturalismo. A perspectiva intercultural no âmbito da perspectiva multicultural, divide-se em três métodos principais: multiculturalismo assimilado, multiculturalismo diferencial ou multi-monoculturalismo e multiculturalismo interativo, também conhecido como multiculturalismo (CANDAU, 2009b).

A abordagem assimilacionista baseia-se na afirmação de que vivemos em uma sociedade multicultural, no sentido descritivo. Do ponto de vista regulatório, a política de assimilação ajudará a todos na integração na sociedade e na cultura hegemônica. Em termos de educação, está implementada a política de educação universal. Todos são obrigados a participar do sistema escolar, mas se é o conteúdo do currículo, a

relação entre os diferentes participantes, as estratégias utilizadas na sala de aula, a sala de aula, os valores do privilégio, etc., deve-se questionar características culturais únicas em sua motivação.

Quanto ao multiculturalismo do diferencialismo, ou segundo Amartya Sen (2006), múltiplas culturas únicas, essa abordagem se baseia na proposição de que quando a assimilação é enfatizada, as pessoas acabarão por negar as diferenças ou mudar seu aniquilamento. Em seguida, se propõe a focar na compreensão das diferenças e promover a expressão de várias identidades culturais em um determinado contexto para garantir que possam se expressar no espaço. Assinala-se que somente assim os diferentes grupos sociais e culturais podem manter sua base cultural básica.

Algumas posições nessa linha finalmente adotaram uma visão essencialista sobre a formação da identidade cultural. Em seguida, enfatiza-se a oportunidade de obtenção de direitos sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, prioriza-se a formação de uma comunidade cultural "homogênea" com sua própria organização (bairro, escola, igreja, clube, associação). Na prática, em muitas sociedades modernas, o surgimento de um verdadeiro apartheid social e cultural conduz, em última análise, ao surgimento de um verdadeiro apartheid social e cultural.

Essas duas posições, principalmente a primeira, são as mais comuns na sociedade em que vivemos. Às vezes, eles vivem juntos em tensão e conflito. Eles geralmente se concentram em disputas sobre questões multiculturais. No entanto, coloco-me na terceira perspectiva: propõe um multiculturalismo aberto e interativo, valoriza o interculturalismo por acreditar que é o mais adequado para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, combinando políticas de igualdade e identidade. (CANDAUI, 2008b).

A primeira característica que o compõe é que ele promove conscientemente as inter-relações entre diferentes temas e grupos socioculturais existentes em uma determinada sociedade. Nesse sentido, essa posição se opõe a todas as diferentes visões e visões assimilacionistas. Por outro lado, é contrário à visão essencialista da cultura e da identidade cultural. Concebe a cultura em processo de construção, destruição e reconstrução contínuas. A terceira característica é a afirmação de que na sociedade em que vivemos o processo de hibridização cultural é intenso e mobiliza a construção de identidades abertas, enquanto em construção permanente pressupõe que a cultura não é pura nem estática.

A hibridização cultural é um fator importante na dinâmica de diferentes grupos sociais e culturais. A compreensão do mecanismo de poder que permeia as relações culturais é outra característica dessa visão. As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, são baseadas na história, portanto, encontrarão problemas de poder e serão afetadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos socioculturais.

A perspectiva transcultural também é propícia a diferentes tipos de conhecimento e ao diálogo entre os saberes. Deve-se lembrar que alguns autores utilizam esses termos como sinônimos, enquanto outros os distinguem e causam problemas na relação entre eles. O que chamamos de conhecimento consistirá em conceitos, pensamentos e reflexões sistemáticas que mantêm contato com as diferentes ciências. Esse tipo de conhecimento é frequentemente considerado universal e científico, e possui características de uma única cultura.

Quanto aos conhecimentos, são produtos de diferentes grupos sociais e culturais e estão relacionados com seus costumes, tradições e visões de mundo cotidianas. Eles são considerados privados e assistentes. Na minha opinião, o mais irrelevante é que a discussão aberta é considerar a existência de diferentes conhecimentos e saberes e descartar qualquer tentativa de colocá-los em camadas.

Nesse sentido, a visão transcultural busca estimular diferentes tipos de saberes e conflitos no plano epistemológico e ético, na tensão entre universalismo e relativismo, e pressupor que as tensões e conflitos que surgem neste debate Diálogo entre saberes.

A última característica a ser destacada diz respeito ao fato de não resolver de forma particularmente contraditória as diferenças e desigualdades que existem no mundo de hoje e em todas as sociedades. É uma questão de manter essa relação em mente, essa relação é complicada e aceita configurações diferentes em cada realidade sem reduzir o outro.

3.2 IMPORTÂNCIA DO MULTICULTURALISMO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR

Pensar no multiculturalismo e na educação deve primeiro analisar os conceitos e a experiência do ensino com base nesse movimento teórico. Esse movimento teórico começou nos Estados Unidos em meados do século XX e se espalhou no mundo ocidental como uma resposta à economia, à política e, principalmente, uma forma de conflito racial. Tendo em vista que indivíduos e grupos têm dificuldade em acolher e viver situações com diferenças multiculturais, existem diferenças entre cultura e cultura no sentido de combater a discriminação e o preconceito. Sobre isso Valente (1999, p. 63) argumenta: “Aceitar as diferenças e enriquecer-se com elas continua a ser um problema que hoje ninguém sabe resolver porque supõe o reconhecimento da alteridade (...)”.

Diante dessa situação, considera-se oportuno tomar como pano de fundo a história social e a realidade cultural atuais, que se caracterizam pelo processo de reorganização produtiva do sistema capitalista mundial, o que também leva à chamada universalização do capital. Marcados pelo crescimento de intercâmbios culturais que evidenciam diferenças e agravam conflitos, cada vez mais sujeitos e grupos discriminados são despertados para lutar pela defesa do pluralismo e das formas diversificadas de existência e de vida.

Economicamente falando, este novo momento histórico é representado pela chamada globalização econômica, que em geral se refere à internacionalização do capital organizado a partir da produção, distribuição e consumo de bens e serviços e com base em estratégias globais. O mercado global visa satisfazer os gostos dos consumidores em todos os cantos do planeta de forma padronizada. Isso destaca a natureza opressora da globalização sobre várias identidades culturais, especialmente quando as pessoas consideram que a globalização pode significar homogeneização, diluir identidades e eliminar as chamadas marcas culturais inferiores (FLEURI, 2003).

Politicamente, a ideologia neoliberal centrada na crítica ao papel do Estado na economia prevalece, o que sugere que suas intervenções socioeconômicas devem ser drasticamente reduzidas para eliminar a segurança do trabalho e abolir a sociedade que visa garantir a desmobilização dos trabalhadores e sua conquista histórica. , ao mesmo tempo, desmantelar as instituições públicas e reformar o estado

de bem-estar para fortalecer os empresários, seus negócios lucrativos, a liberdade de mercado e o livre comércio em todas as áreas da vida privada.

Culturalmente, com o rápido avanço da ciência e tecnologia, mídia e tecnologia da informação, o enfraquecimento das fronteiras geográficas e a aceleração do intercâmbio cultural. O mundo, sem dúvida, possui as características e os sinais do multiculturalismo e da diversidade cultural, o que nos leva a crer que estamos "condenados" a pensar a unidade humana a partir da diversidade cultural humana e a desafiar nossa capacidade de desenvolver e viver vidas diferentes.

O multiculturalismo é uma estratégia política que reconhece e representa a diversidade cultural e não pode ser concebida a não ser no contexto de luta de grupos culturalmente oprimidos. Politicamente, o movimento reflete a necessidade de redefinir conceitos como cidadania e democracia, vinculando-os à afirmação de identidades culturais subordinadas e de representação política.

Como instituição teórica, questionou os saberes produzidos e disseminados pelas instituições escolares, comprovando o etnocentrismo e os estereótipos criados pelos grupos sociais dominantes, que silenciaram outras visões de mundo. Também tenta construir e conquistar essas vozes para expressar seu próprio espaço, resgatar a história e desafiar a lógica do discurso cultural hegemônico. O estudo dos fenômenos culturais começa pela compreensão dos mecanismos de poder que entendem as normas e autorizam certos discursos, enquanto outros não, o que ajuda a fortalecer certas características culturais e, assim, prejudicar outras.

Os estudos culturais da atualidade são um reconhecido campo de prática e têm se constituído em um fenômeno internacional, com seguidores nos Estados Unidos, Austrália, Canadá, África e América Latina. Este campo do conhecimento se concentra em estratégias e políticas que formam identidades sociais, a dinâmica de filmes, televisão e revistas populares, estudos femininos e conceitos de teoria de raça e gênero, subjetividade, política, gênero e desejo, bem como na África Americano, Latino O estudo de culturas étnicas e indígenas. A abordagem culturalista estuda a linguagem e o poder, especialmente em como a linguagem é usada para moldar a identidade social e garantir certas formas de autoridade.

Na visão de Silva (1999), a diferença entre os estudos culturais e as disciplinas tradicionais reside na sua participação política explícita, sem qualquer pretensão de neutralidade ou imparcialidade, e estão obviamente do lado de um grupo desfavorecido nas relações de poder.

O multiculturalismo se tornou uma das preocupações dos estudos culturais. Diante das relações de poder assimétricas, a diversidade de culturas e identidades criou uma necessidade de questionar e desafiar a prática silenciosa das identidades culturais. Em particular, para a discriminação racial, discriminação de gênero, preconceito e discriminação, e outras questões que são vitais para as escolas e currículos, uma análise frutífera só pode ser realizada na perspectiva da contribuição dos estudos culturais.

No Brasil, o interesse das pessoas por abordagens culturalistas e multiculturalistas é crescente porque as diretrizes e reformas vividas pelo sistema educacional e a revisão teórica dessas questões apontam para uma concepção de escola que leva em conta as características multiétnicas e multiculturais da sociedade.

O multiculturalismo se forma na afirmação de múltiplas identidades culturais e movimentos de resistência, e se localiza na dinâmica dos eventos mundiais de movimentos como “virada cultural” e “estudos culturais”. Em toda a sua estrutura teórica, foi analisada de diferentes formas, levando a múltiplas tentativas de mapear o campo cultural, construindo e negando diferenças.

Para enfatizar a posição dos multiculturalistas existentes, no livro *Multiculturalismo crítico* de Peter McLaren (1997), há referências e marcos históricos sobre o assunto. Seu esboço aponta quatro aspectos: conservador ou empreendedor, humanitarismo liberal, liberdade de esquerda, crítica e resistência.

Em geral, conservadores ou empresários apoiam a noção de que os defeitos culturais de grupos não brancos podem ser superados com a ajuda de grupos culturais brancos, o que leva a uma cultura universal padronizada. Essa posição acabou levando à desmobilização dos grupos dominantes na luta por seu capital cultural.

O aspecto “ingênuo” e “idealista” do humanismo liberal destaca a existência de igualdade natural entre diferentes grupos étnicos, sem se preocupar com a falta de igualdade de oportunidades na sociedade e na educação. Os liberais de esquerda apoiam a diversidade cultural, acreditando que a igualdade racial ajuda a disfarçar a diversidade. É acusado de análise superficial das aparências, que tem pouco efeito na mudança da relação de governança. Quanto à criticidade e resistência, as diferenças são tratadas desde o nível político, e sempre consideradas como fruto da história, cultura, poder e ideologia. Portanto, a diversidade só ganha sentido quando é inserida em políticas críticas voltadas para a justiça e a mudança social.

Neste último aspecto, o multiculturalismo crítico, a linguagem e a expressão (raça, classe ou gênero) desempenham um papel central na construção da identidade e do sentido. A representação é entendida como o resultado de lutas históricas e sociais mais amplas por signos e significados, que se definem por meio de mudanças nas relações sociais, culturais e institucionais, e nas quais são gerados significados. O grande objetivo a ser alcançado é a justiça, que se baseia no fato de que todas as crianças e jovens podem ir e continuar a frequentar a escola, independentemente de raça, sexo, diferenças religiosas, etc. Além disso, visa preparar todos para a convivência da diversidade e da diversidade.

A pesquisa multicultural conduzida pela McLaren (1997) influenciou os críticos de terras europeias, norte-americanas e latino-americanas (incluindo o Brasil) e promoveu mudanças na educação e no currículo desses países. Com isso, outras questões passaram a influenciar as diretrizes curriculares, por meio da análise da redefinição investigativa do campo, que antes era norteada pela visão de especialistas mais tradicionais e técnicos.

Nas últimas quatro décadas, o multiculturalismo, como teoria e movimento social dedicado à defesa da diversidade cultural, vem ocupando espaço na discussão da educação nas mais diversas perspectivas e âmbitos, levando-os em consideração. as soluções dependem da necessidade de partir de uma perspectiva global e clara, podendo integrar todos esses aspectos ao mesmo tempo, incluindo política, economia, sociedade, cultura e educação.

Tal movimento nos diz que nutrir e viver em meio às diferenças precisam reconhecer que existem diferentes indivíduos e grupos, mas eles não se anulam ou se excluem em termos de garantia de direitos iguais e oportunidades relacionadas.

Portanto, a proposta de vincular multiculturalismo e educação deve ser inserida em um escopo mais amplo do que as exigências politicamente urgentes, pois ao invés de uma formação adequada, as pessoas podem simplesmente desfrutar do social e cultural sem compromissos políticos. Portanto, é importante perceber que se a educação do país continuar a ignorar o multiculturalismo como uma condição de vida na sociedade onde a escola está localizada, então toda e qualquer formação corre sério risco de continuar a não cumprir os requisitos. As necessidades sociais, bem como o não cumprimento do papel de formar temas históricos, ativos e inovadores de interesse para a libertação humana, são os objetivos finais de qualquer processo de formação.

McLaren (1997) defende o multiculturalismo crítico. Suas diferenças não acabaram, mas estão na luta pela mudança social, contrapondo as ideias neoliberais e a atual globalização econômica e cultural. O multiculturalismo crítico defende a identidade multicultural e a heterogeneidade como signos de cada grupo e se opõe à padronização e unidade definidas e impostas pelo grupo dominante. Ao estabelecer esta relação de poder diferenciada, a celebração do direito à diferença nas relações sociais é uma forma de assegurar a convivência pacífica e tolerante entre os indivíduos, concretizando o compromisso com a democracia e a justiça social.

Por fim, conceber o multiculturalismo de uma perspectiva crítica e rebelde pode ajudar a desencadear e fortalecer ações contra as práticas sociais cotidianas para defender a diversidade cultural, a vida humana e transcender qualquer forma de discriminação, preconceito e exclusão.

3.3 OS MÚLTIPLOS SENTIDOS NAS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE

O desenho institucional do Ministério da Educação e suas políticas de educação se preocuparam com as questões da diversidade. No entanto, o termo foi atribuído a vários significados e não é necessariamente o mesmo ou complementar. Nesse caso, pelo menos três significados diferentes e às vezes contraditórios a ela relacionados são compreendidos: inclusão social, ação afirmativa e política de diferença.

O surgimento do discurso em torno da chamada "inclusão social" e sua absoluta oposição-exclusão - vem ocupando cada vez mais espaço na literatura brasileira de políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990. O uso desta categoria é incerto, portanto, o significado atribuído a elas varia (KUENZER, 2006).

Tomando-se como referência a análise marxista, compreende-se o binômio inclusão/exclusão como duas faces da mesma moeda, ambas constitutivas do modo de produção capitalista. Parte-se do pressuposto de que, nesse sistema, todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, porque atendem às demandas do processo de acumulação (KUENZER, 2006, p.5). Isto é, "o círculo entre exclusão e inclusão subordinada é condição de possibilidade dos processos e produção e reprodução do capital, sendo constitutivo lógico necessário das sociedades capitalistas modernas" (OLIVEIRA, apud KUENZER, 2006, p.5).

Outra forma de entender a inclusão social está relacionada à tradição do conhecimento anglo-saxão, especialmente o planejamento social e a solução de problemas governamentais na América do Norte. Partindo de uma crítica à análise do país como uma abordagem generalista e holística, tenta-se enfatizar produtos mais empíricos que enfoquem as chamadas políticas públicas, entendida como uma análise de "o país está em ação". Nessa perspectiva, os problemas do governo podem ser resolvidos por meio do uso do conhecimento e da engenharia social, por meio da chamada resolução de problemas (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001).

Em relação às políticas de diversidade, as preocupações com a inclusão social estão vinculadas à defesa de políticas universais que utilizem critérios como renda ou educação para selecionar as pessoas que serão beneficiadas pelos programas governamentais. Tenta distinguir essas políticas das chamadas políticas particularistas, que são identificadas como políticas de ação afirmativa ou políticas diferenciais porque usam critérios como raça, etnia, gênero e identidade de gênero

para definir os grupos beneficiários. No entanto, essa distinção é imprecisa. Como lembra Norberto Bobbio, com o surgimento dos direitos sociais na sociedade moderna, o conceito de universalidade contido na declaração legal liberal mudou:

...[a] universalidade (ou indistinção, ou não-discriminação) na atribuição e no eventual gozo dos direitos de liberdade não vale para os direitos sociais, e nem mesmo para os direitos políticos, diante dos quais os indivíduos são iguais só genericamente, mas não especificamente.... Isso quer dizer que, na afirmação e no reconhecimento dos direitos políticos, não se podem deixar de levar em conta determinadas diferenças, que justificam um tratamento não igual. Do mesmo modo, e com maior evidência, isso ocorre no campo dos direitos sociais. (BOBBIO, 1992, p.71)

Isso significa que as políticas de inclusão social e ação afirmativa usam mecanismos não universais de discriminação positiva. Então, quais são seus respectivos aspectos?

Diferentemente das políticas de inclusão social, as chamadas políticas de ação afirmativa ou discriminação ativa começam com a compreensão de se a pobreza e / ou desigualdade social de certos grupos sociais (como negros, índios e mulheres) podem ser atribuíveis apenas ao indivíduo, não à exploração produzida pelo modo de produção capitalista. As formas contemporâneas de discriminação transmitem a imagem degradante de certos grupos étnicos, raciais ou de gênero e também são consideradas a causa de acesso desigual a bens e serviços na sociedade.

A política de ação afirmativa tem origem na Índia e foi adotada na Europa e nos Estados Unidos. É entendida como o aperfeiçoamento jurídico de uma sociedade. Seus valores se pautam pelo princípio da igualdade de oportunidades para a livre concorrência entre os indivíduos, e só comprova a desigualdade de tratamento quando uma forma de restaurar essa igualdade. Portanto, eles devem ser temporários dentro dos limites.

Vale ressaltar a diferença entre o conceito de ação afirmativa e políticas corretivas e redistributivas. A ideia de compensação deve incluir todos os membros de grupos vulneráveis como beneficiários da política. Por outro lado, a redistribuição considera a privação socioeconômica dos membros do grupo como critério suficiente, independentemente do motivo de tal privação (MOEHLECKE, 2002).

A ação afirmativa é diferente de compensação porque a ação afirmativa acredita que pertencer a um determinado grupo que foi historicamente discriminado não é suficiente para beneficiar alguém e também deve considerar os méritos e os critérios de elegibilidade. A diferença entre ela e a política de redistribuição é que ela

exige que as necessidades socioeconômicas do indivíduo sejam determinadas como resultado da discriminação de raça, raça, gênero e sexo (MOEHLECKE, 2002).

A menção a condições de registro como raça, raça, gênero etc. e a definição de direitos com base no pertencimento a um grupo, ao invés de focar nos indivíduos, são os dois aspectos mais contraditórios que as políticas de ação afirmativa trazem. Atualmente, não se tem interesse em analisar o polêmico debate em torno dessas políticas. No entanto, vale ressaltar que ainda não há um conhecimento aprofundado sobre o assunto no plano educacional desenvolvido pelo MEC. A ação afirmativa geralmente está relacionada apenas às políticas de cotas, seja ela sociedade, etnia, gênero ou deficiência. Outras vezes, são definidas como incluindo quaisquer políticas compensatórias de inclusão social.

Quanto às "políticas de diferença", elas se diferenciam das políticas de inclusão social e das ações afirmativas, não porque enfatizem o particularismo, como as pessoas geralmente acreditam, porque todas consideram certas formas de particularidade em graus diversos. A novidade trazida pela política da diferença é que ela exige igual reconhecimento dos direitos das diferentes culturas de se expressarem e de suas ações no domínio público. Desde a modernidade, no que diz respeito ao direito de cada um escolher seus próprios valores e estilos de vida, o que esteve na esfera privada desde os anos 1970 passou a ser denominado direito coletivo na vida pública.

Nas políticas e planos do Ministério da Educação, ao contrário da visão homogeneizadora da sociedade brasileira, o conceito de diferença parece estar ligado à valorização da atual diversidade étnica e cultural do país. Estudo do Instituto Federal de Economia e Pesquisa Aplicada (Ipea) mostra que a política da diferença é entendida como voltada para o combate à disseminação de estereótipos e preconceitos por meio da avaliação de determinados grupos historicamente desfavorecidos da sociedade. Sua identidade e diversidade cultural nacional que representa a sociedade brasileira. No que se refere a essas políticas, o Estado não tem espaço para repressão, punição ou indenização, e medidas persuasivas podem ser utilizadas para treinamento e reeducação (JACCOUD, BEGHIN, 2002, p.41-42).

Porém, no documento do MEC, a partir dos significados atribuídos a esses termos por Moreira (2002), existem dois significados distintos relacionados à política diferencial, que podem ser definidos como benignos e críticos.

O primeiro sentimento parte da observação geral, ou seja, o ser humano é diverso, a natureza é diversa, as culturas e as pessoas são diversas, e isso deve ser valorizado e elogiado. O Brasil é considerado um caso quase único no mundo pela diversidade de grupos e etnias que aqui vivem e convivem. Nesse conceito, a diferença é um fato natural, é um fato realista, a partir do qual tenta inspirar tolerância e convivência entre diferentes culturas.

As pessoas o criticam por trabalhar com uma perspectiva ingênua de diversidade, celebrando nossos diferentes ancestrais e o multiculturalismo que marca nossa sociedade, mas por não levar em consideração a longa história de relações de poder desiguais entre eles e continuar a definir diferentes oportunidades deve estar em Express Yourself em espaços públicos. Por exemplo, essa forma de perceber as diferenças é considerada uma transformação do mito democrático racial brasileiro. A celebração oficial por ocasião dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil é um bom exemplo dessa visão.

Por outro lado, o significado crítico do atribuível às diferenças passa por examinar o processo que as produz, questionar as relações de poder que nele penetram, e o propósito é melhorar as condições de sujeitos designados como “outros”, “diferentes”, e “inferior”, por meio da afirmação. As identidades específicas desses grupos servem como instrumentos de luta política.

Embora a maioria dos movimentos sociais tenha essa visão da diversidade cultural como o direito à diferença, no Ministério da Educação os três significados de diversidade cultural existem ao mesmo tempo e estão em um estado de tensão há muito tempo em sua política. Dependendo da região ou da secretaria, de uma forma ou de outra enfatiza a forma de entender e lidar com a diversidade.

Diante do quadro acima, são analisadas as políticas, de forma que a definição de sentido fica limitada em face às disputas internas e externas. Principalmente no caso dessas políticas, suas marcas são polêmicas, não há um direcionamento único e coerente em relação a elas, mas são entendidas de múltiplas formas em constante tensão e negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa proposta, é possível descobrir as práticas educativas, que são mais sensíveis às diferenças do cotidiano com intensidade e visibilidade crescentes. No entanto, vale lembrar que as diferentes visões relacionadas ao problema dos déficits de aprendizagem ainda aparecem de forma recorrente, possuem forte ancoragem psicológica e estão relacionadas ao nível socioeconômico dos alunos.

Portanto, a diferença é vista como um problema que precisa ser superado. Por sua vez, na cultura escolar, a lógica da homogeneização é considerada a principal e fortalece essa visão. Cabe à escola decidir se é possível superar as diferenças e garantir que um padrão comum seja estabelecido para todos. Porém, para incorporar a percepção da diferença ao seu próprio conceito, ela geralmente não é questionada.

Essa visão também emerge dos depoimentos de educadores, nos quais as diferenças estão relacionadas às identidades culturais e são consideradas construções sociais, dinâmicas e históricas. A escola desempenha um papel importante no reconhecimento, valorização e autorização de sujeitos socioculturais rejeitados. Esta tarefa tem vivido um diálogo entre diferentes saberes, a utilização de múltiplas línguas, estratégias e recursos pedagógicos de ensino, a promoção de métodos de diferenciação pedagógica e o processo de combate às diversas formas de preconceito e discriminação no ambiente escolar.

Tendo em vista o pensamento que este trabalho pretende desenvolver, pode-se dizer que as escolas estão longe de lidar com as diferenças e transformá-las em “vantagens de ensino”, é exatamente o que Emília Ferreiro propõe. Mas também existem algumas explorações nessa direção no cotidiano das escolas. Este é o caminho para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e justa, o que significa clarificar a igualdade e a diferença.

A dimensão cultural é um elemento inerente ao processo de ensino, que se encontra “no chão da escola ” e potencia o processo de aprendizagem significativo e produtivo, pois reconhece e valoriza todas as disciplinas envolvidas, e as várias formas de silêncio. Nos últimos anos, a invisibilidade e / ou a deterioração de certos sujeitos sociais e culturais têm orientado inúmeros educadores do “chão da escola” que ousam reconhecer e valorizar as diferenças do cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (2004). **Professores Reflexivos em uma escola Reflexiva**. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

BEDANI, M.O impacto dos valores organizacionais na percepção de estímulos e barreiras à criatividade no ambiente de trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 3, p. 150-176, 2012.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, Vol. 10, 1997.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, n. 3, v. 32, 2003.

CARDOSO, C. (2001). **Gestão Intercultural do Currículo**. 2º ciclo Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação.

Conboy, K. Agility from First Principles: reconstructing the concept of agility in information system development. *Information Systems Research*, v.20, n.3, pp. 329-354, 2009.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução por: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Editora Graal Ltd. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/2782>. Último acesso 20 setembro 2019.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Indagação sobre o Currículo: Diversidade e Currículo**. Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso: 01/05/2020.

_____. Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnicocultural. In: Ramos, Adão Barros. (Coordenadores). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/diversidade_educacao.pdf. Último acesso: 05/05/2020.

OLIVEIRA, E. de; SOUZA, M. L. de. Multiculturalismo, diversidade cultural e direito coletivo na ordem contemporânea. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**. Curitiba. v. 1, n. 15, p. 121-139, 2011. Disponível em: <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/806/69>. Acesso em: 10/05/2019

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: apresentação dos Temas Transversais**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Relatório Mundial da UNESCO: Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural – Resumo (2010)**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>. Acesso em: 18/05/2020.

FLEURI, R. M. Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais. IN: LINHARES, C. F. et ali. *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Gil, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnicocultural. In: Ramos, Adão Barros. (Coordenadores). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/diversidade_educacao.pdf. Último acesso 25 setembro 2019.

JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002.

KUENZER, A. Z. A Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 29 (esp.), p. 877-910, out. 2006.

Levy, Y.; Ellis, T.J. A system approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. *Informing Science Journal*, v.9, p.181-212, 2006.

McLAREN, P. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p.197-218, nov. 2002

MOREIRA, A. F. B. Org. **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papius, 1999.

MOREIRA, A. F. Currículo, diferença cultural e diálogo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, ago. 2002.

POPKEWITZ, T.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 75, p. 111-148, ago. 2001.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura**. (Coleção primeiros passos; 110) 12ª reimpr. da 16 ed. de 1996. Editora: Brasiliense. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2014/03/o-que-c3a9-cultura-jose-luiz-dossantos.pdf> último acesso: 14/05/20120.

SOARES, M. B. **Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas**. (2003). São Paulo: Revista Brasileira de Educação.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. (2005). Disponível em: <http://unesdoc.Unesco.org/images/0014/001429/142919s.pdf>. Acesso em: 18/05/2020.

Walsham, G. Doing interpretive research. *European Journal of Information Systems*, v.15, pp.320-330, 2006.

Webster, J.; Watson, J.T. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. *MIS Quarterly & The Society for Information Management*, v.26, n.2, pp.13-23, 2002

VALENTE, A. L. **Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade**. São Paulo: Moderna, 1999

VELHO, G.(1994). **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.